

----- A C T A N . º
04-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
22 JUNHO DE 2007-----Aos vinte e dois dias do mês de Junho de 2007,
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no
edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:-----**1.º Ponto** - Discussão e votação da 2.ª Revisão ao
Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei
169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----**2.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres
Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados, nos termos do art.º 22 do
D e c r e t o - L e i 1 9 7 / 9 9 , d e 8 . 0 6 , n a s u a a c t u a l
redacção;-----
-----**3.º Ponto** – Minuta de Contrato de Promessa de Compra e Venda a celebrar entre a Câmara
Municipal de Torres Vedras e os proprietários do prédio rústico inscrito na matriz sob o número 16
Secção FF, da Freguesia de S. Pedro e Santiago e descrito na Conservatória do Registo Predial de
Torres Vedras sob o N.º 5529/S. Pedro e Santiago, para aquisição de parcela de terreno para
Complexo Desportivo e de Lazer de Arenas - alteração à cláusula
sexta;-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da 3.ª proposta de alteração
ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água no Concelho de Torres Vedras, nos termos da
alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**5.º Ponto** - Autorizar a
contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras, para financiamento da obra
“Ampliação da Escola do Outeiro da Cabeça” até ao montante de €850.000,00, nos termos da alínea
d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----**6.º Ponto** - Autorizar a contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras,
para financiamento de obras de concepção/construção de ampliação de Escolas Básicas do 1.º Ciclo/
Jardins de Infância, até ao montante de €1.900.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º
da Lei 169/99, 18.09, na sua actual redacção;-----
7.º Ponto - Autorizar a contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras, para
financiamento da obra “Construção do Novo Mercado Coberto para a cidade” até ao montante de
€7.000.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----**8.º Ponto** - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade
Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**9.º Ponto** - Autorizar o Município de Torres Vedras a inscrever-se como associado colectivo na Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**10.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação de Municípios Portugueses do Vinho, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

11.º Ponto - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, a adquirir, no âmbito da implementação do Programa Polis, a José Maria Gomes e Maria Madalena Costa Gomes o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1795 da Freguesia de Santa Maria e inscrito nas matrizes prediais sob o números 3704, 3726, 3727 e 3668 da Freguesia de Santa Maria, pelo montante de € 700.000,00 nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, António José de Oliveira Esteveira, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Jorge Batista da Silva, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Horácio Orlando da Silva, Paulo Manuel Antunes Pedro, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda e António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Cacilda da Silva e Costa. -----

-----Faltou o membro José António Margaça.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M.

Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 12 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO

1:-----Ofício número 147/07 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 7 de Maio último, a solicitar a designação de 4 cidadãos para integrar a Comissão Alargada, nos termos da alínea l) do art.º 17.º da Lei 147/99, de 1.09.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Ofício número 8282, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25 de Maio de 2007, a dar alguns esclarecimentos sobre a EN9, fruto de reunião tida em 23.05.07 com o Sr. Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, e onde também estiveram presentes representantes da Estradas de Portugal.-----

DOCUMENTO

3:-----Ofício do deputado parlamentar do Partido Socialista, José Augusto de Carvalho, de 2 de Maio último, a dar conhecimento de exposição intitulada “não podemos perder a ligação à Ota!” que remeteu a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, atenta a relevância da matéria para o desenvolvimento da região.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail de José Alberto Ferreira Menino, de 19 de Junho corrente a informar que por compromissos anteriormente assumidos, não poderá estar presente na reunião de 22 de Junho, pelo que solicita a sua substituição ao abrigo da legislação supracitada.-----Foi convocada e encontrava-se presente o membro a seguir na lista, Cacilda da Silva e Costa.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 38 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

5:-----E-mail da

Junta de Freguesia da Freiria, a informar que, por ausência no estrangeiro o seu presidente, Sr. Paulo Marreneca, não pode estar presente na presente sessão, indo em sua substituição o 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Sr. Jorge Baptista da Silva.-----

DOCUMENTO

6:-----Ofício número 190, da Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira, de 18 de Junho, a informar que o seu presidente, João António Varela, não pode comparecer à presente sessão, sendo substituído pelo Tesoureiro Sr. Paulo Manuel Antunes Pedro.-----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 7:-----

-----Carta de Mara Isabel Baptista Eleutério, de 20 de Abril, a solicitar que lhe seja justificada a falta à reunião de continuação de 23 de Abril, por motivos pessoais.-----

DOCUMENTO 8:-----

-----Carta de Carlos Alberto Lopes Veloso, de 26 de Abril, a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão de 20 de 23 de Abril, por motivos de saúde.-----

DOCUMENTO 9:-----

-----Fax, do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, Sr. Paulo Bento, de 26 de Abril, a justificar a sua ausência à reunião de continuação de 23 de Abril, em virtude de ter de estar presente da Assembleia de Freguesia, já anteriormente convocada.-----

DOCUMENTO

10:-----E-mail de Pedro Ribeiro Mucharreira, de 24 de Abril, a justificar a sua falta à sessão de 20 e 23 de Abril, por motivos de doença.-----

DOCUMENTO

11:-----Fax da Junta de Freguesia da Maceira, a informar que o seu presidente, Francisco João da Fonseca Inácio, não estará presente na reunião de continuação de 23 de Abril, devido à presente na Assembleia de Freguesia, marcada antecipadamente para o mesmo dia a à mesma hora.-- **DOCUMENTO**

12:-----E-mail da

Junta de Freguesia da Freiria, de 14 de Maio, a informar que o seu presidente, Paulo Marreneca, por motivos imprevistos e inadiáveis impediram a sua participação na reunião de continuação realizada a 23 de Abril.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----Teve início o período antes da ordem do

dia.-----

COMISSÃO ALARGADA DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS:-----

-----Na sequência do ofício remetido pela comissão em epígrafe, o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* solicitou aos Grupos Municipais que tenham o assunto presente para ser incluído no a g e n d a m e n t o da p r ó x i m a s e s s ã o d e s t e Ó r g ã o Deliberativo.-----O *Sr. Francisco Branco*, pediu o uso da palavra para dizer que tendo terminado a sua representação na Comissão Alargada da CPCJ, não podia deixar de testemunhar e de relevar, o excelente trabalho da presidente da comissão executiva, D r a . M a r i a d a L u z C a l a d o L o p e s e d a D r a . S a n d r a Colaço.-----

Sendo uma comissão que trabalha com crianças com grandes dificuldades sociais e familiares, e sendo um trabalho difícil e muito importante no campo da solidariedade, o trabalho discreto mas convincente desta comissão pautou-se pela excelência. Lembrou que e é um tipo de trabalho que é válido quando não aparece na comunicação social, o que é um bom sinal, porque normalmente os problemas das comissões de crianças e jovens, quando são noticiados são sempre pelas piores razões.-----

-----Referiu também que durante os seis anos de exercício sentiu sempre uma grande colaboração, e ajuda da Câmara Municipal, e não obstante fazer parte das suas atribuições, sentiu que sempre e s t e v e d i s p o n í v e l e m c o l a b o r a r c o m a c o m i s s ã o executiva.-----Por último disse que tinha a certeza que com a mudança que se operou, por razões da lei, a colaboração irá manter-se, e até reforçar-se certamente, conhecendo as aptidões e a sensibilidade, quer do edil, quer da Vereadora que está em sua representação na comissão alargada. Este apoio é muito importante, na medida em que os casos aumentam todos os anos, e só quem faz parte da comissão é que se apercebe da quantidade de crianças com graves problemas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1.º ENCONTRO NACIONAL DE FREGUESIAS COM O NOME “PONTE”:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* deu nota do evento em título, realizado em Ponte do Rol, nos dias 9 e 10 de Junho, com a ideia de fazer intercâmbio de pessoas, culturas e ideias entre freguesias que têm uma designação de base que é a “ponte” -----Deu nota ainda que estiveram presentes 35 representantes distribuídos por 12 delegações, que visitaram e sentiram o concelho, a cidade e as suas praias, tendo já recebido por parte de alguns participantes votos de parabéns pela realização e forma como decorreu o encontro.-----

-----Registou o exemplo de Ponte de Vagos, distrito de Aveiro, que manifestou a seu agrado por ver que os Ponterrrolenses conseguiram fazer uma miniatura na perfeição, através de uma foto, de uma capela emblemática da freguesia para colocar num arco, aquando realizaram as marchas da Ponte do Rol em homenagem às juntas participantes.-----

-----Aproveitou para lamentar a não comparência do edil no dia 9 de Junho a um lanche ajantarado, lamentando também que tenha constado que não foi convidado.-----Lamentando não poder ter estado presente o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, deu os parabéns à Junta de Freguesia de Ponte de Rol pela realização do evento em título, salientando que enobrece uma junta congregar esforços de modo a dignificar esta e o concelho em todo o país.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que esteve presente nas Festas da Ponte do Rol no dia 10 de Junho, e no dia 9 de Junho a autarquia esteve representada pelo Vereador Sérgio Galvão e pelo Sr. Vice-Presidente, Carlos Bernardes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EM LOTEAMENTOS – PONTE DO

ROL:-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** deu nota de uma construção, junto ao Jardim de Infância desta localidade. Disse que vários munícipes se têm dirigido à junta para saber do que se trata, mas não possui essa informação, indicando que seria útil que a autarquia a título informativo fornecesse estes elementos.-----Aproveitou esta intervenção para registar o empenho dos Vereadores Sérgio Galvão e Carlos Bernardes, com quem tem feito uma série de trabalhos na freguesia que preside.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO EM SANTA CRUZ:-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** saudou a Câmara pelas obras em título, com as quais entende que a autarquia sai dignificada nesta sala de visita assim, como todo o concelho de Torres Vedras.-----Salientou que é uma intervenção em que fica claro a diferença entre despesa e investimento, uma vez que se trata de dois conceitos que nem sempre coincidem, e em Santa Cruz há despesa e há investimento.-----

-----Por último expressou o voto de que a Fiscalização Municipal e as Forças Policiais tenham atitudes com cunho pedagógico, ou sancionatório se for necessário, na linha de preservação deste valioso património, que ficará à fruição de todos.-----O **Sr. Flores da Cunha** manifestou também o seu agrado com as obras executadas, não tendo dúvidas que Santa Cruz está melhor do

que estava. Espera que a requalificação em curso venha repor, ou melhorar, os problemas arquitectónicas que vem sofrendo ao longo dos anos.-----O autarca **Paulo Bento** congratulou-se com o trabalho desenvolvido em Santa Cruz, com o qual pensa que nem todos irão ficar satisfeitos, além de que se desconhece ainda o impacto do trânsito e estacionamento. Disse que o resultado desta requalificação será melhor aferida no Verão, findo o qual poderão ser feitas as correcções que foram necessárias.-----Também a **Sra. Dalila de Carvalho** expressou o seu bem haja à intervenção que Santa Cruz foi sujeita.-----

-----Interveio o membro **Sérgio Jacinto** para concordar que Santa Cruz está mais bonita, mas esperava para ver depois do Verão se ficou mais funcional,

-----A **Sra. Laura Rodrigues** também elogiou as obras, mas deixou o reparo de que apesar da cobertura dos canteiros ficar muito bonita com seixos, não são nada funcionais dado que possibilita que as crianças os removam e os utilizem para brincar.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** referiu que ia esperar para ver e não ia fazer elogios às obras em Santa Cruz. Concorda que o actual presidente do Executivo tem mostrado especial atenção a esta localidade, mas em termos de capacidade de realização, tinha que questionar se não tinha sido o PS que esteve na liderança da autarquia nos últimos 30 anos.-----

-----Disse que o Oeste tem crescido imenso em termos de turismo, mas Santa Cruz tem passado um pouco à margem, tem-se atrasado, já não é um pólo aglutinador de turismo, e gostaria que fosse equacionado uma iniciativa a pensar não só em Santa Cruz mas também no interior.-----

-----O **Sr. António Carneiro** felicitou a Câmara pelas obras em causa, que não eram mais do que a sequência de 30 anos de trabalho, que o povo torrienses tem sabido reconhecer.-----

-----Aproveitou este assunto para novamente manifestar o seu arrependimento por ter colaborado na revogação da deliberação da Assembleia Municipal em matéria de turismo, que o concelho irá pagar caro, a não ser que o PROT corrija a situação, o que acha muito difícil.-----Deu nota também de que há uma hipótese de um grande investimento para a Praia Azul, mas se a norma se mantiver, mais nenhum investimento dessa dimensão se fará no concelho de Torres Vedras, o que lamentava.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou o membro Marco Claudino, que as contas na política, fazem-se de 4 em 4 anos, assim esperava poder vir no final do presente mandato prestar outra vez contas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

GALERIA DO EFIFÍCIO DOS PAÇOS DO

CONCELHO:-----O *Sr. Nozes Pires* endereçou um elogio às exposições que têm tido lugar na galeria em título, salientando a sua regularidade e qualidade.-----O*Sr. Presidente da Câmara* informou que a programação deste espaço é da responsabilidade da Dra. Catarina Sobreiro.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TEATRO - CINE ----- **CINEMA**

ALTERNATIVO:-----O *Sr. Nozes Pires* elogiou a exibição de cinema alternativo que a autarquia proporciona à população às segundas e terças-feiras, satisfazendo uma necessidade que se vinha notando, e que já tinha apontado. Sugeriu que este tipo de iniciativa como o cineclube devia ser acompanhado por colóquios, antes da sessão ou no fim.-----O *Sr. Presidente* informou que existem muitas actividades do teatro cine realizadas fora do edifício, e a programação está a cargo do Sr. Carlos Mota.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DA AV.

POENTE 2.ª FASE:-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Paulo Bento* congratulou-se porque finalmente a via em título está pronta para ser inaugurada.-----Contudo lamentou que esta inauguração venha a ser feita pelo mesmo Secretário de Estado, que esteve à pouco tempo em Torres Vedras a convite do Partido Socialista, para justificar a não realização do IC11. Lembrou que também a EN9 há pouco mais de dois meses estava para arrancar, e agora esse traçado já está fora de questão.-----Disse que não podiam pactuar com este tipo de situações, apesar de compreender a posição da autarquia que ao fazer um convite ao governo, sujeitou-se ao representante que lhe enviaram.-----Assim, informou que não ia estar presente na inauguração desta obra que é do concelho de Torres Vedras e iria ser inaugurada por quem os tem andado a enganar e nada fez para que a mesma se concretizasse.-----

--O *Sr. Marco Claudino* disse que subscrevia as palavras do colega Paulo Bento sobre a variante.-----

----Lembrou que há uns anos atrás foi aprovado um orçamento da Câmara com, votos a favor do Partido Social Democrata, com uma rubrica para a Estrada de Santa Cruz. Tendo presente que uma via com 2/3 Km sofreu um atraso de 8 meses, interrogava-se quantos anos de atraso poderiam esperar na construção de uma via para Santa Cruz.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a vinda do Secretário de Estado, Dr. Paulo Campos à inauguração a ter lugar no próximo dia 28

de Junho, deve-se a um convite pessoal da sua parte.----- Julga que a sua presença é importante para Torres Vedras de forma que o Secretário de Estado possa afirmar publicamente o resultado da reunião de 23.05.07 tal como para criar vínculos importantes.-----

-----No que se refere à estrada para Santa Cruz, esclareceu que foi sempre uma promessa do Partido Social Democrata, e não do Partido Socialista, e ele estava a saldar os seus compromissos, que estavam primeiro e com os quais tinha sido eleito.-----

Mais esclareceu que a verba prevista em orçamento foi apenas para a elaboração de um estudo prévio para o traçado e não para a construção da obra.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMBIENTE – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO:-----

O *Sr. Nozes Pires* fez uma breve apresentação sobre uma proposta que pretende fazer brevemente para a constituição de uma comissão de acompanhamento sobre os problemas de ambiente no concelho.-----

Lembrou que já tem feitos vários elogios ao excelente trabalho desenvolvido pela autarquia a nível do ensino e divulgação/sensibilização junto das escolas. No entanto entende que o ambiente não deve ser visto só nessa perspectiva, mas que as crianças possam ser levadas a percorrer e a conhecer o concelho, para que possam ver o que também não é agradável, sugerindo para tal a utilização do autocarro da Câmara aos fins de semana.-----

O *Sr. Presidente da Mesa* solicitou que este assunto fosse devidamente apresentado na próxima reunião da comissão permanente a realizar no mês de Setembro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERRENOS DO EX-CASINO DE SANTA CRUZ:-----

O *Sr. Flores da Cunha* questionou se a autarquia já possuiu algum projecto para o local.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* informou que ainda não existe um projecto. Entende que este espaço tem que ter uma obra de arquitectura referencial para Santa Cruz, com um programa muito simples, que deve ser um bar/restaurante no rés-do-chão, por forma a que se possa usufruir da paisagem, um auditório, e sala de reuniões no piso superior.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JORNADAS EUROPEIAS 2007 – VILLENAVE D'ORNON:-----

O *Sr. António Fortunato* interveio para dar nota do evento em título, que decorreu de 17 a 19 de Maio em Villeneuve D'Ornon, com a participação das cidades alemã de Seeheim-Jugenheim, e galesa de Bridgend, onde desfrutaram de um convívio salutar e positivo, salientando o acolhimento dos

franceses.-----
Referiu que se deslocaram de autocarro e tiveram o privilégio do Edil torriense fazer parte da comitiva, tendo Torres Vedras sido representado por um grupo de fadistas, pela banda da Juventude Musical Ponterrolense e por jogos tradicionais da Escola Henriques Nogueira, que foram muito acarinhados e que “derreteram” o gelo alemão e britânico com as suas actuações.-----Deu nota ainda que foi inaugurada uma rotunda com o nome de Torres Vedras, tendo-se deparado com uma carruagem de metro com o nome da cidade torriense, aquando da inauguração de uma carruagem com o nome da cidade alemã.-----Deu nota ainda que a despedida foi acompanhada de muitas lágrimas por parte dos anfitriões, e dos outros participantes, tendo sentido orgulho de ser torriense e de ser português.-----Por último agradeceu à ASSIM e à Câmara Municipal esta participação.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que não teve oportunidade de integrar a comitiva torriense e aproveitou para deixar uma palavra de saudade e homenagem a Claude Barranté, que era o presidente da Câmara quando Torres Vedras iniciou a geminação com Villenave D’Ornon, grande entusiasta da aproximação e relacionamento das duas cidades, e que faleceu há uns meses atrás.----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGRUPAMENTO DO ATLÂNTICO:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Silveira, Sr. Mário Miranda interveio para manifestar o seu desacordo com a extinção do agrupamento em epígrafe, do qual fazem parte, para além da Silveira, A-dos-Cunhados e Maceira.-----Informou que quando em Setembro as aulas se iniciassem, a Silveira seria enviada para a Escola de São Gonçalo, A-dos-Cunhados e Maceira para a Escola Padre Vítor Melícias.-----Prosseguiu indicando que esta medida não iria favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos, já que estes quando saírem da sua escola seguem para o Externato de Penafirme e não para os dois estabelecimentos de ensino da cidade já citados.-----Assim, questionava a razão de não se verticalizar o agrupamento com o Externato de Penafirme ou de se criar a Escola Básica Integrada da Silveira, prevista na Carta Educativa do concelho.-----Deu ainda nota que o agrupamento mantinha parcerias muito importantes com as 3 juntas de freguesia envolvidas, e que estavam a desenvolver um trabalho muito importante a nível dos alunos e encarregados de

educação.-----O **Sr. Presidente da Câmara** fez suas as preocupações manifestadas pelo autarca.-----Deu nota que já em tempos a DREL tinha questionado a autarquia sobre a extinção deste agrupamento,

porque entende que não deve haver agrupamentos horizontais, mas verticais. O Sector de Educação não concordou e agora tinham sido surpreendidos com o facto consumado, tendo já solicitado uma reunião com a Sra. Ministra da Educação, julgando que têm argumentos válidos, sérios e facilmente compreensíveis, que esperam defender com sucesso.-----Por último assentiu que a alternativa é a construção da EBI da Silveira, mas esperavam que a posição do governo se alterasse, a tempo de poder providenciar uma boa execução do tempo de aulas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA

ARNEIRO/LOURICEIRA/RUNA:-----A *Sra.*

Dalila de Carvalho questionou qual a previsão temporal para a repavimentação/construção da via supra indicada.-----Aproveitou para endereçar os

parabéns à autarquia para ter suprido os espaços de estacionamento antes de cada passeadeira, situação que tinha sido mencionada na última assembleia.-----O *Sr. Presidente da Câmara*

informou que estão à espera da conclusão da ETAR de Runa, uma vez que interfere com as obras que esta via irá ter.-----A Assembleia Municipal

tomou conhecimento.-----**ENDEREÇO**

ELECTRÓNICO PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----O *Sr. Luís*

Miranda questionou sobre a possibilidade de ser criado um endereço electrónico, e respectiva caixa de correio, para os membros do Órgão Deliberativo.-----Fez notar

que o mesmo facilitaria a comunicação entre os eleitos e os cidadãos e também com os serviços, para além da questão ambiental dado que seria evitado o consumo de papel desnecessário.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que ia aferir sobre a exequibilidade da sugestão.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----**SISTEMA DE VIDEO-**

VIGILÂNCIA:-----O *Sr. Sérgio*

Jacinto, tendo presente que no centro de Santa Cruz, tal como no centro da cidade de Torres Vedras, tem-se verificado algumas situações de vandalismo e insegurança, questionou a posição do edil sobre a colocação de vídeo-vigilância, uma vez que a lei já o permite.-----O *Sr.*

Presidente da Câmara disse que no seu entender não havia grande necessidade para colocar este dispositivo de segurança. Pensava que com algum reforço policial no Posto de Santa Cruz,

principalmente nos meses de Verão resolveria o problema.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMUNIDADE

URBANA

DO

OESTE:-----O *Sr. Sérgio Jacinto* inquiriu se há alguma novidade sobre este assunto.-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* informou que não, apesar da insistência para o efeito.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O E S T E **I N F A N T L** -----

2007:-----A *Sra. Laura Rodrigues* salientou a realização do evento em título, pelo facto de ter sido dedicado à cidade de Torres Vedras, e onde foram reproduzidos espaços e edifícios de uma forma muito agradável, o que implicou muitas horas de trabalho para as 47 instituições participantes.-----Fez notar que recebeu a visita de 15 mil crianças, o que era de louvar, dando os parabéns a todos os que organizaram o certame e aos seus participantes.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – AGRUPAMENTO DO

MAXIAL:-----O Presidente de Junta de Freguesia do Maxial *Sr. Celso de Carvalho* felicitou o Sector de Educação da autarquia pelo trabalho desenvolvido na implementação das actividades de enriquecimento curricular.-----Deu nota que o agrupamento do Maxial, do qual fazem parte também Monte Redondo, Matações, Outeiro da Cabeça e Ramalhal, participaram numa reunião com a CONFAP e a FERLAP, e no balanço que fizeram concluíram que o concelho de Torres Vedras foi um exemplo a nível nacional.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

IGREJA DO TURCIFAL – QUADRO “A PROCISSÃO DO

TURCIFAL”:-----O *Sr. António Carneiro* felicitou a Câmara Municipal pelo apoio que disponibilizou à Junta de Freguesia para que a Igreja do Turcifal, esteja à altura do trabalho de requalificação que foi executado na sua envolvente.-----Aproveitou para dar nota que o célebre quadro “A procissão do Turcifal“ vai estar em exposição na igreja nos dias 7 e 8 de Junho. Dali seguirá para o hotel onde também ficará em exposição num local magnífico.-----
Face às condições existentes na igreja, novos habitantes e o elevado número de turistas que frequentam a freguesia solicitou que a autarquia equacionasse a possibilidade de ali realizar um ou dois concertos por anos.-----A Assembleia

Municipal tomou conhecimento.-----

EN9:-----

-----Tendo presente o ofício número 8282, de 25 de Maio, lido na correspondência, sobre o assunto e m t í t u l o o *Sr. João Bastos* fez alguns comentários:-----Disse que estava de acordo que a EN9 na sua actual configuração e perfil, não cumpre a sua função de rodovia de acesso ao interior do país, que no troço que se desenvolve no concelho de Alenquer (Merceana-Alenquer) é inviável qual melhoramento/requalificação e que no troço que se desenvolve no concelho de Torres Vedras (Torres Vedras-Curvel) é fácil a requalificação da via, sendo necessário criar uma variante nos lugares da Carvoeira e Curvel.-----Disse que não era novidade a determinação do desenvolvimento do estudo prévio para o traçado entre Torres Vedras e Alenquer, contemplando a requalificação do traçado entre Torres Vedras e o Paiol, incluindo variantes na Carvoeira e Curvel, e contemplando um novo traçado entre Paiol/ Merceana e o norte de Alenquer em direcção a Ota, sendo desclassificado o troço existente e que cá estariam para ver no final do trimestre este estudo prévio ser lançado pela Estradas de Portugal.-----Quanto ao facto de se proceder de imediato à anulação do concurso de repavimentação da EN9, lançando o novo concurso para a repavimentação/beneficiação do troço entre Torres Vedras e S. Pedro da Cadeira, questionou se a beneficiação contempla a construção de 3 faixas entre Torres Vedras e a rotunda da Fonte Nova e a construção de uma variante a Gibraltar e a Ponte do Rol, ou se vão só repavimentar.-----

Não estava de acordo relativamente ao facto desta solução ser mais viável e num futuro uma EN9 que servirá as legítimas expectativas dos torrienses em ter uma verdadeira rodovia que ligue o interior do concelho a Ota, independentemente da localização do novo aeroporto ser neste local ou noutro.-----

-----Deste modo lembrou que o IC11 está previsto desde 1985, e o que querem é um itinerário complementar que sirva toda uma área, às portas da área metropolitana de Lisboa, que está em grandes dificuldades, Não podiam deixar cair a designação de IC11, que consta na lei, não só pela ligação à Ota, mas porque é uma via prometida para dinamizar uma zona deprimidíssima.-----Pedi o uso da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira, *Sr. José Manuel Cristóvão*, questionando se a variante mencionada no ofício em título, só será construída se o novo aeroporto se localizar na Ota.-----Manifestou também a sua apreensão com o desenrolar de todo este processo que envolve a EN9, e o seu espanto pelo facto de os proprietários dos terrenos necessários para a construção da rotunda, e acessos aos cruzamentos já terem sido indemnizados.-----Nesta

sequência solicitou alguns esclarecimentos, sobre as variantes e o respectivo traçado.-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que não há nenhum estudo prévio a desenvolver no traçado Torres Vedras/S. Pedro da Cadeira. Está feito, mas como a obra é cortada ao meio é necessário anular o concurso e lançá-lo de novo só naquele traçado.-----
Esclareceu também que nunca se mencionou uma variante Benfica/Ponte do Rol, o qual já consta em PDM, mas tinha sérias dúvidas que fosse exequível, uma vez que se trata de um traçado junto ao rio em cima de Reserva Ecológica Nacional.-----
Informou que a grande alteração é a criação de uma 3.ª faixa entre a rotunda da Fonte Grada e a entrada da Av. Ponte, a qual consta do processo.-----Não concordava com o membro João Bastos, que uma nova EN9 não servirá os interesses de Torres Vedras. O IC11 com um nó em Runa servirá os interesses do concelho mas entendia que o resultado será melhor para Torres Vedras se tiver uma EN9 com variantes ao Curvel e à Carvoeira, com um traçado totalmente novo entre o Paiol e o concelho de Alenquer.-----Por último esclareceu que o estudo prévio é novidade, e o facto da EP aceitar uma alternativa a esta via desclassificando a EN9 é também uma novidade que esperava ver concretizada.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 1- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2007, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 6971 , da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Maio, a solicitar o agendamento da revisão em título, atentas as competências da Assembleia.-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata da aplicação do saldo de gerência do ano anterior e é afecto aos SMAS e à abertura de rubricas para a renovação do parque escolar.-----O **Sr. Hugo Martins** pediu o uso da palavra para referir que um orçamento deve ter por base uma estratégia, deve sempre indicar um caminho, manifestando a sua incompreensão pelo facto de as obras que dizem respeito a esta 2.ª revisão não estarem planeadas no orçamento inicial, sendo este um investimento que lhe parece prioritário.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que é uma revisão obrigatória por lei e foi aplicada na requalificação do parque escolar pelo facto de se tratar de uma prioridade da autarquia. -----Não se registando mais intervenções, passou-se à votação deste ponto.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que

estavam presentes na sala 35 membros.-----Anota-se ainda que para discussão do ponto seguinte ausentaram-se da sala, os membros António Esteveira e o Presidente de Junta da Freguesia do Turcifal, António Filipe Santos, em observância do dever a que está vinculados nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 4,º da Lei 29/87, de 30.06 (Estatuto dos Eleitos Locais) e ainda para cumprimento do estipulado no art.º 44.º do CPA.-----

PONTO 2 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS À REPARTIÇÃO ENCARGOS PARA APOIAR A INSTALAÇÃO DE CAMPOS RELVADOS, NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO-LEI 197/99, DE 8.06, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 8250, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25 Maio último, a informar que deliberou vir a apoiar, o Clube Desportivo de A-dos-Cunhados, a Casa do Povo do Turcifal, a Associação de Moradores Cultura e Recreio da Fonte Grada, e a Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Furadouro, visando a instalação de campos relvados, e uma vez que se trata de uma despesa que será repartida em 10 anos, solicitam o agendamento deste assunto.-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do assunto, indicando que é um processo rigorosamente igual ao que foi presente ao Órgão Deliberativo em 2005, com outras 6 associações do concelho.

-----Fez notar que sempre defenderam a necessidade de instalar 12 campos relvados, fizeram 6 em 2005, e agora apenas estão referenciados 4 campos, uma vez que o Grupo Desportivo do Ramalhal e o Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Ponterrolense encontram-se a fazer obras de adaptação, e não têm condições imediatas de receber os relvados-----Fez notar ainda que o que está em causa é a contratualização através de protocolos com os clubes, por 10 anos, tratando-se de uma despesa plurianual e que até ultrapassa mais do que um mandato, pelo que é necessário a aprovação da Assembleia Municipal.-----Trata-se de um acordo com os clubes que permite assumir perante a banca o compromisso com o fornecedor da relva e é uma forma de dotar o concelho com campos relvados a curto prazo.-----

-----Pedi para intervir o *Sr. Flores da Cunha*, indicando que tinha as mesmas dúvidas, que o processo lhe suscitou em 2005, e o que estava em causa não era a política de fomento desportivo da Autarquia, no caso concreto o arrelvamos dos campos de futebol, com o qual concordava, mas não concordava com a metodologia utilizada.-----Reforçou que a Câmara encontrou uma engenharia financeira para poder fazer estas obras, e tem que assumir esta responsabilidade, mas não pode pedir à Assembleia Municipal para a cobrir.-----Assim, disse

que não estava de acordo que a Assembleia tenha que deliberar sobre este assunto, e não estava de acordo com o normativo legal invocado.-----Sustentou que é a Câmara que se compromete, mas estavam a deliberar sobre subsídios, e a legislação invocada diz que a Assembleia tem competência para autorizar a realização de despesas públicas, colocação e aquisição de bens e serviços que estejam devidamente orçamentados, e não via esta despesa nem em Plano nem em Orçamento.-----

-----Concordava que o fomento desportivo é necessário, e concordava com os arrelvamentos, mas não estava de acordo que se pedisse à Assembleia que desse o seu aval a subsídios para dez anos, porque não é da sua competência, e por esta última razão tinha que votar contra.-----

-----O **Sr. José Correia** observou que estavam a lidar com um encargo plurianual, sendo esta a razão que levou a Câmara, de acordo com a lei, a solicitar o agendamento deste assunto, até porque vai ter um condicionamento orçamental de anos futuros.-----

-----O **Sr. Paulo Gonçalves** interveio para dizer que a Coligação Democrática Unitária respeitava a proposta da Câmara para instalação de mais 6 campos relvados no concelho.-----Relativamente ao relatório da evolução dos praticantes, constataram que há um aumento do número de praticantes em relação aos campos sintéticos, o que registavam com apreço, mas questionavam se no concelho existissem outras instalações desportivas, tais como as piscinas, pistas de atletismo etc, se também se registaria um aumento do número de praticantes.-----No que se refere ao critério de não instalação de dois campos relvados na mesma freguesia, fez notar que na freguesia que reside estão previstos dois campos relvados, o Sobreirense que já existe e o de A-dos-Cunhados.-----Por

último salientou o valor de € 250.000 para instalação dos campos relvados sintéticos, o que lhe parecia um exagero.-----

Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Hugo Martins** para evidenciar que se trata de investimentos que fazem falta ao concelho, mas tinha que questionar a sua natureza.-----Disse também que de acordo com a Carta Desportiva do Concelho as freguesias Dois Portos, Carvoeira e Carmões, a prática desportiva era menor, e questionou o investimento no Furadouro uma vez que nesta localidade apenas existe uma equipa de futebol de sete.-----O **Sr.**

José Afonso manifestou o seu acordo do ponto de vista estratégico, político e de opção com os investimentos em causa, contudo também questionou a opção de instalar um campo relvado sintético na Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Furadouro, o qual, das associações apresentadas, é o que tem menos atletas e mais investimento.-----Fez notar que se trata de aprovar 40 subsídios de igual montante que irão até 2017. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º da Lei 169/99, de 18.09, a Assembleia Municipal pode aprovar empréstimos, que não é

o caso, e também não estavam em face de um investimento plurianual com cabimento orçamental, em que possam ver que haja investimento directo.-----Assim, registou as suas dúvidas sobre a legalidade do Órgão Deliberativo aprovar 40 subsídios que vão até 2017.-----Disse ainda que estava disponível para rectificar a deliberação da Câmara, para o pagamento de € 150.800 que consta do orçamento de 2007.-----

-----De novo no uso da palavra o **Sr. José Correia** reforçou que independentemente da natureza da despesa e a sua classificação, desde que implique a assunção de despesas plurianuais, e obrigação em termos de orçamentos futuros, tem que ser aprovada pelo Órgão Deliberativo. Ser investimento não tem qualquer relevância neste ponto.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** lembrou que em 22 de Abril de 2005, a Assembleia Municipal deliberou sobre este assunto, tendo o processo seguido os seus tramites, e nunca foi posto em causa, pela entidade competente.-----

-----O **Sr. José Afonso** lembrou que se estava a falar de subsídios a associações, e não de investimentos da Câmara Municipal, tratando-se de uma competência expressa da Câmara a sua aprovação.-----

-----Também o membro **Gonçalo Patrocínio** referiu que depois da leitura que fez do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, não se encontrava em condições de votar o ponto em discussão.-----Terminadas todas as intervenções, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:

-----Começou por realçar que o apoio às associações em causa está previsto no orçamento, e foi solicitado o seu agendamento dado que se trata de uma repartição de encargos, que por lei tem que s e r a p r o v a d o p e l o Ó r g ã o Deliberativo.-----

-----Quanto aos critérios adoptados, informou que se mantiveram da primeira para a segunda fase com duas excepções e assim o critério de um campo por freguesia teve cabimento na 1.ª fase. Nesta 2.ª fase não foi aplicável.-----No que se refere ao Furadouro é a excepção que pelos critérios da formação não teria arrelvamento, mas houve a preocupação de que uma freguesia do interior pudesse ter o equipamento, e este clube que tem tido prática de futebol regular. -----

-----Sobre o custo da relva informou que é sensivelmente o mesmo preço que a instalada anteriormente, mas o valor que consta na informação não é só o valor de compra da relva mas o valor financeiro final de todos os contratos e o juro à data de hoje, não é o mesmo de há dois anos atrás.-----

-----A terminar lembrou que no dia 10 de Junho teve lugar o encerramento dos Campeonatos

Municipais nos escalões de Escolinhas e Infantis com a participação de 800 atletas. Lembrou ainda que é significativo haver nestes campeonatos equipas de Cadaval, Lourinhã e Mafra.-----

-----Em resposta ao membro Paulo Gonçalves, disse que se existissem mais equipamentos tinha a certeza que haveria mais praticantes, mas a grande prioridade da autarquia foi dar resposta aonde já há praticantes.-----

-----Encerrada a discussão deste assunto o *Presidente da Mesa* submeteu o mesmo à votação:-----A Assembleia Municipal, deliberou autorizar, por maioria com 27 votos a favor, 4 contra e 6 abstenções, a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados, nos termos do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 8.06, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros, não se encontrando presente para votar o membro Flores da Cunha, tendo regressado à sala para início da discussão do ponto 3.-----

PONTO 3 – MINUTA DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E OS PROPRIETÁRIOS DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ SOB O NÚMERO 16 SECÇÃO FF, DA FREGUESIA DE S. PEDRO E SANTIAGO E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE TORRES VEDRAS SOB O N.º 5529/S. PEDRO E SANTIAGO, PARA AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA COMPLEXO DESPORTIVO E DE LAZER DE ARENES - ALTERAÇÃO À CLÁUSULA SEXTA;-----

-----Presente ofício número 9071 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Junho, a solicitar o a g e n d a m e n t o da a l t e r a ç ã o em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa*, informou que se trata apenas de dar conhecimento à Assembleia, uma vez que a aquisição e a minuta de contrato promessa de compra e venda, já tinha sido aprovada pelo Órgão Deliberativo em 27 de Novembro último, e tratando-se apenas de uma alteração à clausula sexta, solicitada por um dos proprietários.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da alteração à clausula sexta que passa a ter a seguinte redacção:

-----“a) - Por facto imputável ao promitente-comprador, os promitentes vendedores poderão fazer as suas importâncias recebidas a título de sinal.-----

-----b) - Por facto imputável aos promitentes vendedores, poderá a promitente compradora exigir dos promitentes vendedores a restituição do sinal em dobro, com excepção da situação do tribunal não conceder autorização à menor Maria Margarida Feliciano Silvestre Ferreira, para que esta possa vender a sua parte, situação em que esta apenas fica obrigada a restituir à promitente compradora o sinal em

singelo.”-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente officio número 9067, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Junho a enviar a proposta de alteração ao art.º 20 do regulamento em epígrafe, que se considera integralmente transcrita, atentas as competências deste órgão em matéria regulamentar.-----O Presidente da Mesa *Sr. Alberto Avelino* informou que este assunto já tinha sido deliberado favoravelmente pela Assembleia em 29 de Setembro de 2006, contudo verificou-se que a referida proposta de alteração não tinha sido objecto de discussão pública, em cumprimento dos artigos 117.º e 118.º do CPA, e cumprida esta norma o processo encontra-se agora em condições de agendamento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução do assunto.-----

-----Não se tendo registado intervenções, passou-se de imediato o assunto à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao art.º 20.º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água no Concelho de Torres Vedras, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

PONTO 5- AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA FINANCIAMENTO DA OBRA “AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO OUTEIRO DA CABEÇA” ATÉ AO MONTANTE DE 850.000,00 EUROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente officio 9069, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de Junho, a solicitar a autorização para a contracção do empréstimo supra identificado com o Banco Santander /Totta, com taxa indexada à Euribor, acrescida de um spread de 0,0295%, dado ser a instituição que apresentou um spread mais baixo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que este empréstimo assim como os dois agendados nos pontos seguintes, vão ser feitos, sem prejuízo de vir a candidatar ao QREN estas obras, e utilizar o financiamento noutros investimentos, caso as candidaturas sejam aprovadas.-----O líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, *Sr.*

Alfredo Reis, defendeu que devia ser estudada a hipótese de utilizar o património immobilizado da Câmara, que não faça falta, e evitar contrair empréstimos.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça, *Sr. José Manuel Antunes* interveio apenas para realçar a necessidade da obra em discussão para a freguesia que preside.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a inventariação de todo o património da autarquia vem elencado no orçamento, e a sua valorização dos transaccionáveis é de € 3.000.000.-----Não se registando mais alterações, passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, autorizar por unanimidade, a contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras, para financiamento da obra “Ampliação da Escola do Outeiro da Cabeça” até ao montante de €850.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, 18.09, na sua actual redacção;-----

Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 6 - AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA FINANCIAMENTO DE OBRAS DE CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO/ JARDINS DE INFÂNCIA, ATÉ AO MONTANTE DE 1.900.000,00 EUROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 9070, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Junho a solicitar a autorização para a contracção do empréstimo supra citado, com o Banco Espírito Santo, instituição que apresentou o spread mais baixo, com taxa indexada à Euribor, acrescida de um spread de 0,03%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o financiamento destina-se a 4 ampliações que são praticamente novas escolas, Barro, Santa Cruz, Boavista/Olheiros e Conquinha.-----O *Sr. Gonçalo Patrocínio* solicitou alguns esclarecimentos referentes à Escola da Conquinha no sentido de se cancelar a utilização das instalações provisórias que fora feitas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que na Conquinha a ampliação diz respeito à cozinha e à biblioteca. Informou que está acordado com a DREL a construção de 10 salas de EB1 e 5 salas de JI junto aos pavilhões pré-fabricados ligeiros que estão colocados e no fundo respeitar a Carta Escolar e transformar a escola 2,3 numa escola básica integrada.-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Paulo Bento* congratulou-se com o assunto em discussão, salientando que vão ser

contempladas 3 escolas da área da freguesia que preside, que muito necessitam destas obras.-----Aproveitou para em nome do Executivo da Junta, prestar uma homenagem ao Sr. Vereador Tomé Borges que muitos esforços diligenciou para que esta realidade fosse possível.-----Não se registaram mais intervenções e o *Presidente da Mesa* submeteu à votação o ponto em apreço.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras, para financiamento de obras de concepção/construção de ampliação de Escolas Básicas do 1.º Ciclo/Jardins de Infância, até ao montante de €1.900.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 7- AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA FINANCIAMENTO DA OBRA “CONSTRUÇÃO DO NOVO MERCADO COBERTO PARA A CIDADE” ATÉ AO MONTANTE DE 7.000.000,00 EUROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 9068, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Junho a solicitar a autorização para a contracção do empréstimo supra citado, com o Banco Espírito Santo, instituição que apresentou o spread mais baixo, com taxa indexada à Euribor, acrescida de um spread de 0,03%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que já foi lançado o concurso internacional para a construção do novo mercado coberto da cidade, e as propostas serão abertas a 4 de Julho, esperando que a obra se inicie no final do presente ano.-----

-----O *Sr. Alfredo Reis* questionou se já foi equacionada alguma solução transitória para o funcionamento do mercado enquanto decorrem as obras.-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por esclarecer que o Executivo ainda não deliberou sobre esse assunto, mas pelas informações que recolheu não é viável a execução do novo mercado, com o actual em funcionamento. Dentro deste contexto, têm acordado com os operadores do mercado, e com o Sporting de Torres, a construção de uma estrutura que servirá provisoriamente para o mercado, e definitivamente para este clube.-----O *Sr. Alfredo Reis* aproveitou para informar que o Eixo-norte-sul que está agora a ser executado sobre o que era o Mercado do Lumiar, foi desviado alguns metros e continua a funcionar como antes.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que deviam transformar os problemas em oportunidades, e esperava que este problema seja uma grande oportunidade para Torres Vedras.-----O **Sr. Alfredo Reis** disse que duvidada dessa oportunidade, e fez notar que os seus custos serão enormes.-----

-----O membro **João Bastos** lembrou que o projecto de mercado foi feito no pressuposto de ser executado em duas fases, em que seria primeiro construído o edifício onde é o estacionamento, mantendo o actual em funcionamento, que então seria demolido para avançar com a segunda fase, que será o restante estacionamento subterrâneo e uma praça livre.-----Concordava com esta estratégia, e considerava importante não deslocalizar o mercado porque se criam hábitos. O Mercado está encostado à zona histórica, e é um dos factores que dinamiza a zona.- ----Observou também que as necessidades técnicas de um mercado, são totalmente diferentes das equacionadas num pavilhão desportivo, e provavelmente o que depois se aproveitará serão apenas as paredes e a cobertura, porque tudo o resto é diferente.-----

-----Assim, questionou se não se irá gastar dinheiro desnecessariamente e se com algum cuidado a autarquia não consegue fazer o novo mercado, com o actual a funcionar no mesmo local.-----O **Sr. Presidente da Câmara**, esclareceu que manter em funcionamento o actual mercado no decurso de obras era possível, mas a questão centrava-se no custo/benefício, o que envolve e os riscos que implica, e perante estes factores a melhor solução é a que já tinha indicado.-----Reforçou também que os operadores estão concertados com esta solução.-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, frisou que estavam a discutir o empréstimo para a construção da obra, e iria abster-se na votação porque não concorda com esta decisão.-----

-----Defendeu que se a autarquia, há uns anos atrás fez parceria com a TV-par, qual a razão de não ter encarado a possibilidade de seguir esta opção.-----Realçou que o mercado é necessário, mas não concordava com o método que a Câmara Municipal aprovou, e poderia ter sido através de parcerias com privados onde os custos seriam mais reduzidos e o projecto seria executado na mesma.-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que o mercado tem um custo social elevado, ou seja é difícil arranjar um parceiro para a exploração de um mercado, a menos que se queira um mercado que não seja para os comerciantes que lá estão.-----Lembrou também que o ponto 2 deste agendamento, é fruto de uma parceria entre as associações, entidades bancárias e o fornecedor de relvas, e viu o resultado da votação.-----O **Sr. António**

Esteveira referiu que de acordo com estudos do Observatório do Comercio há dois factores críticos de insucesso nos mercados municipais, o estacionamento e a acessibilidade. Assim, se o mercado funcionar ao mesmo tempo que o novo está a ser construído, estes dois factores serão mesmo críticos, e podem afastar as pessoas do mercado.-----Entendia que será mais viável a hipótese de o colocar noutra local, embora se possa discutir o eventual aproveitamento para o Sporting de Torres, na zona onde o mesmo está previsto, mas resolve-se o problema da acessibilidade e do estacionamento.-----Sobre a rentabilidade do mercado, disse que não se pode ficar com a fatalidade que não vai ser rentável, e tal como já sugeriu, pode ser ancorado a actividades do tipo prestação de serviços. Uma segunda hipótese é tentar atrair uma superfície especializada, o que pode ancorar o mercado numa zona de comércio e serviços.-----

Como última nota o autarca **Paulo Bento**, disse que ao defender que o mercado devia ter sido objecto de uma parceria, obviamente que teriam que ser acautelados aqueles que ao longo dos anos fazem do seu posto de trabalho o mercado municipal.-----Da intervenção do Edil depreendeu que a Câmara está disponível para assumir custos sociais com o mercado o que poderia fazer também em parceria, só que os custos seriam se calhar reduzidos, desde que nesses protocolos de parceria ficassem salvaguardados os interesses dos operadores.-----O Membro **António Carneiro** interveio apenas para dar nota que o município de Barcelona deliberou que todos os mercados municipais passassem a ter vários restaurantes, como forma de os dinamizar e rentabilizar.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria absoluta, com 41 votos a favor e 1 abstenção, autorizar a contratação de empréstimo pela Câmara Municipal de Torres Vedras, para financiamento da obra “Construção do Novo Mercado Coberto para a cidade” até ao montante de €7.000.000,00, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, 18.09, na sua actual redacção;-----

Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, submeteu à Assembleia Municipal, que se alterasse a ordem do agendamento, e se passasse de imediato à discussão do ponto 11, o que teve a anuência de todos os membros presentes.-----

PONTO 11- AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, A ADQUIRIR, NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA POLIS, A JOSÉ MARIA GOMES E MARIA MADALENA COSTA GOMES, O PRÉDIO URBANO DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE TORRES VEDRAS SOB O N.º 1795 DA FREGUESIA DE SANTA MARIA E INSCRITO NAS MATRIZES PREDIAIS SOB OS

NÚMEROS 3704, 3727, 3726 E 3668 DA FREGUESIA DE SANTA MARIA, PELO MONTANTE DE 700.000,00 EUROS NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

Presente officio número 7272, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 10 de Maio a remeter o processo em título para agendamento, atentas as competências da Assembleia nesta matéria.-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve exposição do assunto em causa.-----O membro *João Bastos* manifestou o seu acordo com a aquisição em título, reforçando a importância que este eixo tem para a dinamização do centro histórico.-----Não se registaram mais alterações e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, a adquirir, no âmbito da implementação do Programa Polis, a José Gomes e Maria Madalena Costa Gomes o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1795 da Freguesia de Santa Maria e inscrito nas matrizes prediais sob o números 3704, 3726, 3727 e 3668 da Freguesia de Santa Maria, pelo montante de € 700.000,00 nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 8- APRECIACÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Maio e Junho do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, na qual a dívida a fornecedores em 19 de Junho ascendia a € 4.399.368,12 com saldo de t e s o u r a r i a d e € 3.290.201,01.-----O

Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Paulo Bento* pediu o uso da palavra para fazer um apelo ao Sr. Vereador Carlos Bernardes relativamente à necessidade de se alterar a rota da recolha de resíduos sólidos, ou colocar mais contentores, uma vez que no Barro depois do circuito ter começado a ser efectuado às terças e quintas verificou-se um acumular de lixo fora dos contentores.-----

Aproveitou para lembrar que a nível das freguesias a limpeza dos contentores não é a mais desejável, solicitando que seja dada alguma atenção a este assunto, tendo em vista a qualidade de v i d a d o s municípios.-----

Nesta altura o membro **António Carneiro** interrompeu a intervenção do autarca, chamando a atenção da Mesa que o assunto focado estava fora do contexto.-----O autarca **Paulo Bento** manifestou o seu desagrado com esta intervenção uma vez que a exposição do Presidente abrange toda a actividade do município e como tal, o problema por ele exposto enquadrava-se na discussão deste ponto.-----

-----O **Sr. João Bastos** começou por agradecer o envio do documento relativo à estratégia do Plano de Ordenamento de Santa Cruz.-----Depois questionou se a Câmara vai deslocar o Aeródromo de Santa Cruz, para onde e se os actuais terrenos onde o mesmo se localiza são para urbanizar.-----Lembrou também que se o Aeródromo acabar, de certeza que não terão outra infra-estrutura de género no concelho, não só pelo valor do investimento, mas também pela eventual disponibilidade de um espaço com aptidão para este efeito.-----Entendia que se trata de uma boa infra-estrutura e lembrou ainda que fora da época balnear tem-se registado várias actividades que dinamizam Santa Cruz, e devia ser mantido nesta localidade.-----O **Sr. Nozes Pires** inquiriu quando é que a autarquia resolve o problema do estacionamento indevido no espaço frontal à Escola Madeira Torres, que dificulta a circulação dos munícipes.-----Deu nota também que com a instalação de pré-fabricados nos terrenos da Escola Padre Francisco Soares a rampa rente ao hospital encontra-se mais suja sendo necessário reforçar os serviços de limpeza neste local.-----O **Sr. Flores da Cunha**, aludindo à informação de que o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico tinha sido enviado à CCDRLVT, questionou se o presidente tinha mais informações sobre o assunto.-----

-----Depois lamentou e questionou a intervenção do Sr. António Carneiro, pois entende que os membros da Assembleia Municipal têm o direito de dizer aquilo que pensam, citando inclusive que Torres Vedras está no continente e não faz parte da Região Autónoma da Madeira ao que se seguiu uma troca de palavras entre ele e o membro António Carneiro que manifestou veemente o seu desagrado com estas palavras, sentindo-se ferido com esta comparação, tendo o Presidente da Assembleia Dr. Alberto Avelino suspenso os trabalhos da sessão por 5 minutos, porque o diálogo entre ambos estava a extravasar qualquer interesse do município. -----

-----Retomados os trabalhos o membro **António Esteveira** começou por questionar o significado da habitação no Cemitério de São Miguel.-----Depois felicitou o edil por ter resolvido o problema do cruzamento Palhagueiras/Povoa de Penafirme com a construção de uma

rotunda. Acrescentou que entendia ser também necessário melhorar a sinalização nesta via, uma vez que a mesma passará a ser utilizada como uma alternativa à estrada para Santa Cruz.-----Disse que era necessário rever o Plano Estratégico da cidade de Torres Vedras, o qual foi elaborado num determinado contexto, que mudou radicalmente. Os desafios são outros e é necessário haver um planeamento para saberem para onde vão.-----Relativamente à deslocalização do aeródromo de Santa Cruz, alertou que há questões que se impõem, e que devem ser respondidas, tais como, qual é a expectativa de rentabilização do equipamento, quem são os clientes, em que áreas, que tipo de negócios etc, antes de se discutir qual o local.-----

---O **Sr. Hugo Martins** inquiriu qual o teor da reunião tida com o Sr. Ministro Mário Lino sobre o aeroporto da Ota, e qual a posição da autarquia torriense. Comentou que lhe custava ver o Dr. Augusto Mateus, na plateia como representante da região Oeste, favorável à Ota, e no fundo ser q u a s e u m a l i a d o e m Alcochete.-----

O **Sr. Luís Miranda**, atento o documento em discussão, salientou o Campeonato Municipal de Futebol, que envolveu 800 crianças, e demonstra que a autarquia tem uma estratégia e mostra onde emprega o seu dinheiro.-----

Terminadas todas as questões o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:-----

Começou por abordar a questão dos contentores de resíduos sólidos, que está a ser resolvida, não só na localidade mencionada pelo autarca mas também noutros locais com o mesmo problema. Foram colocados mais contentores e reformulado o circuito de recolha.-----

No que se refere ao Aeródromo de Santa Cruz informou que o estudo está numa fase preliminar e o Executivo apenas aprovou os pressupostos que levam ao Plano de Urbanização de Santa Cruz. Dentro destes, a equipa tem a legitimidade para estudar a hipótese de uma eventual realocização, s u a s v a n t a g e n s e

inconvenientes.-----

Acrescentou que via com bons olhos a realocização do aeródromo como aposta futura, mas só se existir uma alternativa melhor que a actual.-----

Quanto ao estacionamento em frente à Escola Madeira Torres pensava que se tratava essencialmente de uma questão de fiscalização e não tanto de ordenamento, para o qual poderiam alertar a PSP.-----

Disse que tomou nota no que se refere à limpeza da rampa junto ao hospital.-----

Relativamente ao Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro de Histórico informou que depois de obter parecer da CCDRLVT voltará ao Executivo, seguindo-se a discussão pública.-----

Esclareceu que o T0, referido pelo membro Esteveira foi construído com o intuito de realojar quem estava no local que foi ocupado pela expansão do cemitério.-----

Anotou a sugestão de rever o Plano Estratégico para a cidade, concordando que a curto/ médio prazo devia ser equacionado.-----

Em resposta ao pedido de esclarecimento do Sr. Hugo Martins, informou que o resultado da -reunião é rigorosamente igual à que foi vinculada pela comunicação social, pelo porta voz dos Presidentes de Câmara presentes. Quanto ao comentário sobre o Prof. Augusto Mateus, fez notar que sempre foi muito coerente com as suas posições de avançar com a Ota, que tinha limitações, mas que daria o seu melhor para que se faça o melhor possível.-----

PONTO 9- AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS A INSCREVER-SE COMO ASSOCIADO COLECTIVO NA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 6968, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7 de Maio, a remeter o processo em título, atentas as competências da Assembleia Municipal indicadas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a autarquia já tem utilizado os serviços desta associação para formação profissional em termos prevenção e segurança, e o sector entende que se devia formalizar através da adesão, para poderemos incentivar alguns actos que hoje já vêm sendo praticados.-----

-----Não se registou intervenções e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o Município de Torres Vedras a inscrever-se como associado colectivo na Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 10- AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 6969, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7 de Maio último, a remeter o processo supra identificado, atentas as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou é uma associação recente, com origem no município do Cartaxo e conta com 47 associados, ou em vias de se associarem, e a autarquia entendeu que Torres

